



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022501/99-39
Recurso nº. : 122.777
Matéria : IRPF – Ex(s): 1998 e 1999
Recorrente : GERALDO LEMOS FILHO
Recorrida : DRJ em BELO HORIZONTE - MG
Sessão de : 08 de novembro de 2000
Acórdão nº. : 104-17.729

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - PENALIDADES DE OFÍCIO e JUROS MORATÓRIOS - Mesmo no CTN, artigo 167, distintos os conceitos de penalidade pecuniária, ainda que moratória, exigível somente de ofício (arts. 138, § único e 142), e juros moratórios, cobráveis mesmo sob procedimento espontâneo (arts. 138 e 161).

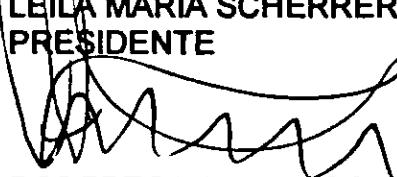
IRPF - RECOLHIMENTO ESPONTÂNEO - MULTA DE OFÍCIO - Se o contribuinte, ex ante qualquer iniciativa administrativa, promove a quitação de tributo devido, acrescido apenas de juros de mora pelo atraso no pagamento, incabível a imposição da penalidade a que se reporta o artigo 44, I, da Lei nº 9.430 de 1996, sob o argumento de não recolhimento da multa moratória de que trata o artigo 61 do mesmo diploma legal, visto que, para qualquer dessas penalidades, impõe-se respeitar expresso princípio insitido em Lei Complementar, - CTN, artigo 138.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GERALDO LEMOS FILHO.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE


ROBERTO WILLIAM GONÇALVES
RELATOR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022501/99-39
Acórdão nº. : 104-17.729

FORMALIZADO EM: 26 JAN 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022501/99-39
Acórdão nº. : 104-17.729
Recurso nº. : 122.777
Recorrente : GERALDO LEMOS FILHO

RELATÓRIO

Inconformado com a decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte, MG, que considerou procedente o lançamento de fls. 02, o contribuinte em epígrafe, nos autos identificado, recorre a este Colegiado.

Trata-se de exigência de ofício da penalidade a que se reporta o artigo 44, II, da Lei nº 9.430/96 – multa de 75%, incidente sobre o imposto de renda, em atraso, recolhido espontaneamente pelo sujeito passivo, com juros moratórios, porém, sem multa de mora.

O imposto em questão incidiu sobre ganhos líquidos em operações de bolsa e ganhos de capital na alienação de bens/direitos, em operações efetuadas em 1997 e 1998, sendo recolhido em 09.98 e 05.99, fls. 20/26 e 49/54, antes do início do procedimento fiscal de 06.09.99, fls. 27/28.

Intimado a comprovar o recolhimento da multa de mora incidente sobre os pagamentos em atraso, o sujeito passivo alegou que os recolhimentos foram efetuados espontaneamente, vez que inexistia qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização referente aos indicados tributos. Daí, a exigência fiscal de penalidade de 75%, incidente sobre os valores recolhidos em atraso.

Ao impugnar o feito o sujeito passivo argüi, em síntese, dos efeitos da espontaneidade, prevista no artigo 138 do C.T.N., amparado em jurisprudência administrativa e judicial a respeito da matéria, transcrita nos autos. Para tanto, junta a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022501/99-39
Acórdão nº. : 104-17.729

documentação comprobatória dos recolhimentos efetuados antes do início do procedimento fiscal, fls. 49/54.

A autoridade monocrática, face aos artigos 44, I e 61 da Lei nº 9.430/96, e ante a diferenciação exarada no Parecer Normativo SRF/CST nº 61/79, acerca da multa punitiva e compensatória, decide manter, na íntegra, a exação.

Na peça recursal o contribuinte reitera a argumentação impugnatória.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022501/99-39
Acórdão nº. : 104-17.729

V O T O

Conselheiro ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, Relator

Tomo conhecimento do recurso, dado atender às condições de sua admissibilidade.

Inequívoco que o contribuinte procedeu ao recolhimento do tributo devido antes de qualquer iniciativa administrativa, sequer para sua cobrança, conforme o reconheceu não só o próprio autuante, fls. 03, como a autoridade julgadora, fls. 75.

É ocioso mencionar, Lei Complementar não pode ser olvidada, conflitada ou contraditada por legislação ordinária. E que, ante o princípio da reserva legal, (CTN, art. 97) e o pressuposto da estrita legalidade, ínsito em qualquer processo de determinação e exigência de créditos tributários em favor da União, insustentável procedimento administrativo que, ao arreio do objetivo, finalidade e alcance de dispositivo legal, imponha ou venha impor exação. Por sem dúvidas, tal procedimento conflitaria, expressamente, também com princípios do artigos 37 e 70 da Carta Constitucional de 1988, - legalidade, legitimidade e moralidade, os quais, necessariamente, devem nortear a administração pública.

Nesse contexto, cabe observar que:

1.- a lide não trata de exação amparada em tributo apurado por iniciativa administrativa, nem de pagamento de tributo declarado ou lançado após o decurso do prazo de que trata o artigo 47 da Lei nº 9.430/96; sim, de penalidade de ofício, incidindo sobre



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022501/99-39
Acórdão nº. : 104-17.729

tributo pago antes do procedimento administrativo, sob o argumento de seu recolhimento espontâneo acrescido apenas de juros moratórios, na forma do artigo 138 do CTN.

2.- Ora, a Lei nº 9.430/96 em nenhum de seus artigos autorizou fosse colidido o disposto no artigo 138 do C.T.N. Ao contrário, lhe fez a expressa ressalva, a dizer do artigo 47 do diploma legal em comento;

3.- se mesmo quanto a tributos e contribuições já declarados antes do início de procedimento fiscal, os quais, até o vigésimo dia subsequente à data de recebimento do termo de início de fiscalização, podem ser pagos, "com os acréscimos legais aplicáveis nos casos de procedimento espontâneo" (Lei nº 9.430/69, artigo 47; Lei nº 9.532/97, artigo 70), que dizer de tributos pagos antes do procedimento administrativo ?

4.- por sua vez, o artigo 44 da Lei nº 9.430/96, que trata de penalidades de ofício, somente pode e deve ser aplicável, ressaltado o disposto no artigo 47, respeitados, evidentemente, princípios da Lei Complementar, no caso o artigo 138 do CTN. Sem o que ofenderia expresso princípio de legislação infraconstitucional.

4.1.- Ressalte-se, por oportuno, a aparente confusa redação do artigo 44, § 1º, da Lei nº 9.430/96, que autoriza a aplicação da penalidade de ofício nas situações que menciona, sem lhes ressaltar as circunstâncias que as cercam. E, nem precisaria, dado o expresso princípio ínsito no artigo 138 do C.T.N., § único, quanto à aplicação de quaisquer penalidades ao contribuinte.

4.2.- o próprio CTN, aliás, explicita o remédio administrativo em caso de quaisquer dúvidas a respeito da interpretação ou aplicação da legislação tributária. Em particular, cite-se seu artigo 108, II.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022501/99-39
Acórdão nº. : 104-17.729

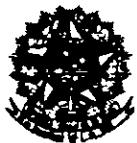
5.- igualmente, o artigo 61 da Lei nº 9.430/96: a imposição de penalidade moratória, nele retratada, sempre obedece e deve obedecer ao disposto no artigo 138 do C.T.N., como se verá a seguir.

"Last but not least", a conceituação de penalidade de natureza compensatória, exarada no Parecer Normativo nº 61/79, item 4.3 – compensação do sujeito ativo pelo prejuízo suportado em virtude do atraso no pagamento do que lhe era devido, é equivocada sinonímia do conceito de juros moratórios do Código Civil Brasileiro, previsto no artigo 161 do CTN, – justa compensação do credor pelo atraso do devedor.

Ora, o próprio C.T.N., em consonância com a legislação civil, distingue, expressamente, entre penalidades pecuniárias, ainda que moratórias, somente exigíveis em procedimento de ofício ex ante a iniciativa do sujeito passivo, (artigo 138, § único, e 142) e juros moratórios, cobráveis mesmo sob procedimento espontâneo do contribuinte (artigos 138, 161 e 167).

A par desse lapso conceitual exarado no ato normativo, este obviamente não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance dos institutos, conceitos e formas de direito privado. Por essas mesmas razões, não pode servir de substrato à manutenção de qualquer imposição tributária (CTN, artigo 97).

Assim, se o contribuinte, ex ante qualquer iniciativa administrativa, promove a quitação de tributo devido, acrescido apenas de juros de mora pelo atraso no pagamento, incabível a imposição da penalidade a que se reporta o artigo 44, I, da Lei nº 9.430/96, sob o argumento de não recolhimento da multa moratória de que trata o artigo 61 do mesmo diploma legal, visto que, para qualquer dessas penalidades, impõe-se respeitar expresso princípio ínsito em Lei Complementar,- CTN, artigo 138.

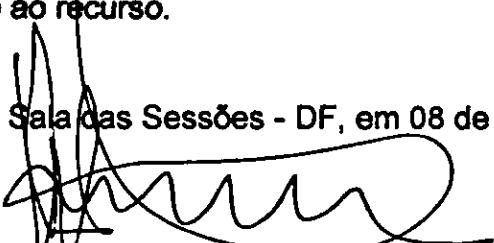


MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022501/99-39
Acórdão nº. : 104-17.729

Na esteira dessas considerações por falência absoluta de legalidade estrita,
dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 08 de novembro de 2000


ROBERTO WILLIAM GONÇALVES